

ÉTICA EM EDUCAÇÃO: SENTIDOS, RAZÕES E CONSEQUÊNCIAS

Gracinda Hamido

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém
Gracinda.hamido@ese.ipsantarem.pt

Marta Uva

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém
marta.uva@ese.ipsantarem.pt

“(...) Gostaria, por outro lado, de sublinhar a nós mesmos, professores e professoras, a nossa responsabilidade ética no exercício de nossa tarefa docente.

(...) Não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela. Estar longe ou pior, fora da ética, entre nós, mulheres e homens, é uma transgressão. É por isso que transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu carácter formador. Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando. Educar é substantivamente formar.”

Paulo Freire (1996, pp. 17-19)

As palavras de Paulo Freire exortam a complexidade da educação enquanto profissão do humano. De “um” humano que é simultaneamente sujeito e objeto do ato educativo, individual e coletivo, que se equaciona pessoa e profissional, criador e criatura:

As questões éticas, entendidas como dimensões complexas e integradoras, onde se sobrepõem o racional e o emocional, o afetivo e o intuitivo, o pensamento e a ação, o objetivo e o subjetivo, extravasam a reflexão sobre os valores e intersticiam-se no quotidiano dos indivíduos e das comunidades, contribuindo para que aí equacionem os seus sentidos individuais e coletivos (Caetano & Silva, 2009, p. 50).

Configura-se o encontro entre Ética e Educação na vida da escola, também ela complexa, heterogénea, ambígua, incerta: “Nela [escola] se cruzam percursos diferentes, mundos diversos, valores díspares. Nela se sente a tensão entre a fragmentação dos saberes e a multidimensionalidade da vida real.” (Alarcão, 2000, p. 14). Entre outros, emerge o desafio de reajustar a cultura profissional dos professores para que estes sejam capazes de transcender a componente conteúdo, clarificando também a componente formativa da sua disciplina ou especialidade (Zabalza, 2004).

O domínio da educação (e do ensino) é um domínio relacional por excelência, sendo o seu pendor ético facilmente reconhecível. Se, por um lado, o ato de ensinar é guiado por regras e valores que apontam para a exemplaridade do professor como pessoa, por outro, encontramos a pessoa do aluno, aprendente em desenvolvimento moral. Importa que o profissional de educação (re)conheça a dimensão ética da sua profissão, bem como o seu papel no desenvolvimento ético dos seus alunos.

O ato de educar será sempre (duplamente) valorativo, na medida em que se educa sempre em função de valores e mediante valores, pelo que não há neutralidade educativa (Seiça, 2003):

A vida quotidiana das escolas com os seus conflitos relacionais, as suas dinâmicas de poder e os seus dilemas (espelho que reflecte a sociedade em geral) é prova disto, ao apelar constantemente para critérios de deliberação e acção. Nem sempre conscientes, mas sempre valorativos. Ora este apelo a critérios – do bom, do útil, do justo, por exemplo – e as regras de acção por ele justificadas fazem da actividade docente, genericamente axiológica, uma actividade especificamente ética e dos seus agentes – os professores – sujeitos éticos. (p. 31).

O paradigma do pensamento do professor, firmando o professor como profissional racional que elabora juízos e toma decisões em contextos complexos e incertos e como profissional que atua a partir dos seus pensamentos, juízos, crenças e



teorias implícitas, vem posicionar o professor na gestão profissional de espaços problemáticos - contextos práticos (multidimensionais, ambíguos, instáveis...). Aqui, não se concebem de modo desconectado decisões, ações, conhecimento e valores e a reflexividade aparece como uma condição profissional necessária (Caetano, 1998; Zabalza, 1996). Emerge uma conceção de educação que se compromete com valores sociais, morais e políticos, a partir dos quais se propicia o questionamento, por parte dos professores, acerca da prática educativa (Latorre, 2004).

O quotidiano dos profissionais de educação é, então, feito de escolhas problemáticas, de alternativas que muitas vezes não se harmonizam e que envolvem forças que se opõem, de dilemas que originam tensões, situações de ambivalência e conflito (Fernandes, 2000), apresentando-se como desafios ao desenvolvimento curricular, ao desenvolvimento pessoal e profissional e, claramente, à própria formação de professores e educadores.

Apesar do conhecimento científico que se tem vindo a constituir no domínio da formação de professores, quer ao nível nacional, quer ao nível internacional, verifica-se a necessidade de se continuar a apostar na investigação de problemáticas que se ligam com a relação entre o desenvolvimento pessoal e profissional, nomeadamente no que concerne ao pensamento e atuação ético-deontológicos dos docentes, enquanto dimensões centrais do profissionalismo (Estrela et al., 2008).

A presente edição da revista *Interacções* congrega trabalhos que se debruçam sobre dimensões e leituras diversas da Ética enquanto requisito, elemento processual e produto educacional. No conjunto dos treze trabalhos aqui apresentados, podemos identificar campos de estudo e referenciais conceptuais diversos, convergindo na análise de um mesmo fenómeno, a Ética na Educação. Os sentidos que ela assume surgem configurados pelos enfoques, ora na educação inclusiva e na educação intercultural, ora na História e na Filosofia da educação, ou nas políticas e finalidades educativas, ora ainda na formação de professores. Estes enfoques emprestam, por assim dizer, as suas próprias razões aos argumentos tecidos e às interpretações e ilações identificadas.

Incluímos neste número temático um conjunto de artigos que resultaram de Conferências proferidas, em momentos e locais distintos, por várias autoras cujas trajetórias profissionais, também elas diferenciadas, mergulham e, assim, se cruzam no amplo campo de trabalho e de estudo que é a Educação. Estes artigos foram produzidos e apresentados no âmbito de vários encontros científicos que ocorreram

nos anos de 2010, 2011 e 2012, e dos quais daremos conta à medida que os apresentarmos.

O primeiro conjunto de cinco artigos inclui precisamente estes trabalhos; os artigos de Mireille Cifali, Teresa Sá, Jeanne Moll e Nair Azevedo tiveram por base Conferências convidadas em Jornadas anuais da Prática Profissional (Cursos de formação de educadores e professores), promovidas na Escola Superior de Educação de Santarém. O artigo de Margarida César é o texto de uma Conferência proferida, já em 2012, na Assembleia da República (Comissão para a Educação e Cultura), no âmbito do processo de discussão pública sobre o quadro legislativo da Educação Especial.

Mireille Cifali, em “Éthique et éducation: l’enseignement, une profession de l’humain”, fala-nos da sua experiência de supervisora e formadora de profissionais de educação, reportando-se a experiências observadas e analisadas, de modo sustentado num quadro clínico, psicanalítico e reflexivo. O confronto com a urgência das decisões que frequentemente se coloca na ação, pode encontrar algum caminho no exercício do que a autora chama “pensamento sensível”: a aceitação do que de difícil e negativo as situações despertam nos profissionais, e a tensão assim gerada, transportam potencial construtivo se, em vez de negada, for trabalhada essa dimensão sempre presente em tudo o que é humano. Acolher os sentimentos contraditórios, do outro e de si próprio, tomando consciência deles e convertendo-os em conhecimento, permite conter o negativo e potenciar o positivo, não negar a existência de poder, nem a responsabilidade. Permite preservar a própria interioridade, para poder ligar-se e relacionar-se com o outro, e manter uma “lucidez institucional”, traduzida na capacidade para pensar juntos.

Maria Teresa Sá, com o artigo “Da Ética como interrogação do sentido dos nossos actos: Reflexões sobre a Escola e a Psicologia na Formação de Professores.”, retira algumas conclusões da sua própria experiência como formadora. Parte de uma elaboração sobre o valor do tempo como elemento central do trabalho de Educar, assim como de aprender.

Partilha com o leitor algumas das suas “inquietações”, acerca do tempo (ou da falta dele), das decisões e políticas educativas, que retiram espaço ao “pensamento e à palavra” dos mais diretos inter-agentes das cenas educativas. Salienta a negação ou a simplificação das singularidades e da complexidade inerentes ao “empreendimento”



educativo como uma das principais consequências dessas decisões, em particular daquelas que se prendem com a formação de professores e educadores.

Entre o “ensino da Psicologia” e a “formação psicológica” dos futuros docentes, a autora conduz uma reflexão em que pondera um e outra enquanto veículos de construção da compreensão dos quadros relacionais que são os o ensino e da aprendizagem em contextos formais.

Jeanne Moll, traz-nos a sua reflexão em “Bâtir une école du respect: pour une éthique du regard et de la parole.”. Co-autora, com Mireille Cifali, de *Pédagogie et psychanalyse* (Dunod, 1985), com Jacques Lévine de *Je est un autre* (ESF, 2000, 2011) e de *Prévenir les souffrances d'école* (ESF, 2008), Jeanne Moll é atualmente Vice-Presidente da AGSAS (Associação de Grupos de Apoio ao Apoio) e responsável pela sua revista anual « Je est un autre ».

Neste artigo traz-nos a sua perspetiva de como é possível reintroduzir, nas « escolas-batalha » que caracterizam a contemporaneidade, os valores do respeito pelo outro, o objetivo de desconstrução das angústias, muitas vezes agidas, de alunos e professores, pela compreensão das suas ligações complexas. Exemplifica com a análise da abordagem nos grupos Balint de apoio ao apoio, nos quais os professores trabalham a sua capacidade de exprimir as suas insatisfações e feridas narcísicas sentidas em contextos de relações disfuncionais com os seus alunos, a capacidade de compreender e apropriar-se de uma outra forma de « ver » essas situações e de perceber e acolher o sofrimento interno assim lido, sem que ele se configure como agressão de caráter pessoal. A identificação dos sentimentos próprios em relação aos alunos problemáticos, “(...) e colocando hipóteses sobre os sentimentos que os animam [os alunos], desenvolvemos a nossa inteligência de nós próprios e do outro, e criamos as condições de um encontro possível.” (p.9).

No cerne da situação pedagógica está, pois, na perspetiva da autora, a articulação entre a relação humana professor-aluno, e a relação de ambos com o saber. É este encontro e a aliança simbólica que dele emerge, que possibilitam e potenciam toda a aprendizagem.

Nair Azevedo apresenta o texto da sua Conferência proferida no âmbito das Jornadas da Prática Profissional (IPS-Escola Superior de Educação): “No espaço entre o Eu e os Outros – a Ética como horizonte.”

Utilizando a metáfora da viagem, em perseguição do horizonte anunciado no título da sua Conferência, a autora conduz-nos por um caminho de clarificação ontológica e epistemológica, assumindo desde logo querer “perspectivar a ética como horizonte de desenvolvimento”. As ideias de Complexidade e de Dialogicidade atravessam todo o seu discurso, sustentando um olhar sobre a Educação que a (re)descobre como lugar de permanentes tentativas de observação, análise e compreensão das pessoas / identidades nela envolvidas. Mais, como um lugar onde múltiplas referências conceptuais, e saberes pedem encontro, interacção, (inter)relação.

As singularidades das pessoas, nesses encontros, configuram-se e desenvolvem-se (é de desenvolvimento que a autora nos fala) de modo interdependente, dinâmico e, frequentemente, imprevisto. Acolhimento e separação seriam forças de regulação desse cerne do desenvolvimento (da viagem que metaforicamente seguimos com a autora) que define o campo identitário e a autonomia de cada um, na relação um com o outro. A “d direcção” e o “sentido” do desenvolvimento vêm configuradas pela decisão ética de considerar o(s) outro(s) nas suas decisões, diferenças, identidade próprias. O horizonte ético do desenvolvimento corporizar-se-ia, assim, nos desígnios de uma educação comprometida com a participação, a equidade, o pensamento crítico.

Margarida César apresenta o artigo “Educação Especial: Pequenos passos, alguns retrocessos e muito caminho para andar.” Como referimos há pouco, este artigo resulta de uma Conferência proferida recentemente na Assembleia da República, no âmbito do processo de discussão pública sobre o quadro legislativo da Educação Especial. Nele a autora sublinha a necessidade de viver a diferença, e em particular a que se encontra nos contextos de educação formal, como uma oportunidade de aprendizagem. Assume um sentido de aguda consciência ética, a ideia de que a inclusão se faz / constroi e configura na e pela legitimação da participação de todos na escola e de que esta enriquece e potencia o currículo e as aprendizagens.

Numa análise contrastiva dos paradigmas da integração e da inclusão, fundamenta a sua perspectiva « dialógica, não dicotómica » de acautelar a equidade no acesso ao sucesso escolar. É com este olhar que tece alguns comentários críticos a decisões de política educativa e ao Decreto-Lei 3/2008, assinalando algumas das que considera fragilidades e incoerências dos mesmos. A autora acentua ainda a



necessidade de diagnósticos funcionais, narrativos, co-elaborados pelos agentes educativos envolvidos na implementação de medidas de apoio educativo, assim como de uma atenção particular à « consciência epistemológica » dos professores, enquanto mediadora do sentido ético das suas práticas.

Os três artigos que se seguem reportam-se a práticas e políticas curriculares e inscrevem-se globalmente em concepções críticas do currículo.

Adir Nascimento, José Licínio Backes, e Ruth Pavan, no artigo intitulado “A infiltração dos saberes/poderes dos grupos subalternizados no currículo e a subversão do colonialismo e da heteronormatividade.”, desenvolvem uma reflexão em que procuram identificar a emergência de “espaços de transgressão” e de (re)significação das práticas curriculares, considerando contextos de hegemonização cultural.

Defendem que a consideração da diversidade socio-cultural presente na escola de hoje, exige o questionamento de “práticas monoculturais / neocoloniais” na escola. Exige, ainda, assumir práticas curriculares mobilizando os princípios da educação intercultural, que consideram a alteridade e promovem o diálogo entre a academia e grupos culturais / identidades diversas.

Os autores analisam algumas implicações para a formação dos educadores, ela própria necessitando apropriar-se de modos de “formação intercultural crítica”. Referem-se a projectos coordenados por si, sobre concepções curriculares de professores de educação básica e seus impactos nos processos de ensino-aprendizagem e sobre diferenciação curricular / interculturalidade em escolas indígenas. Os seus dados permitem identificar um *modus operandi* que, embora postulando / defendendo uma educação não racista e isenta de discriminação, acabam por centrar a causa da discriminação em características do próprio sujeito discriminado, “psicologizando” as diferenças (atribuindo-as a pretensos “deficits de auto-estima, por exemplo), de um modo que deixa inquestionadas as relações de poder subjacentes e que reforça alguma naturalização dos processos discriminatórios.

Os autores concluem que lidar com processos discriminatórios (relacionados com género, classe, etc) de forma estereotipada, usando “classificações cristalizadas pela cultura ocidental”, em nada qualifica o debate profundo da questão, tanto nos níveis da educação básica quanto do ensino superior.

Clarice Zientarski, Osaías Oliveira e Sueli Pereira, no seu trabalho intitulado “Opressores e oprimidos sob a ótica freireana: relações de poder no cotidiano



escolar”, tratam da questão das relações de poder, no quotidiano educativo de escolas públicas, procurando analisar mecanismos de manipulação da acção dos docentes, elementos das comunidades educativas, no âmbito das políticas neoliberais. Os processos de reestruturação educacional propostos nesse âmbito têm um impacto violento sobre a educação e sobre o trabalho docente. Essas políticas apostam no controle e subserviência do cidadão em detrimento de práticas de cunho participativo. A avaliação do processo educacional é realizada tendo como parâmetros os índices de aproveitamento e sucesso escolar dos países desenvolvidos, e promove a introjecção, pelos educadores, da visão desvalorizadora do seu trabalho por parte dos “opressores”. O fracasso da educação, neste sentido, faz da escola e dos educadores coadjuvantes da exclusão social: desprovidos de uma visão macro-sistémica e sem consciência da manipulação e opressão a que estão sujeitos, responsabilizam os educandos e as famílias pelos resultados negativos.

Uma discussão que, sustentada nos conceitos de “educação bancária”, educação como libertação, “educador reaccionário” e “revolucionário”, poder e participação, praxis, entre outros, recoloca e actualiza várias questões de natureza epistemológica relativas às abordagens neoliberais à educação, e ao seu impacto na acção dos docentes, no sucesso escolar, na sociedade.

Maria José Rezende, traz-nos o artigo “Os Relatórios do desenvolvimento humano e a ampliação do acesso à educação aos grupos mais pobres: em pauta o debate sobre capacidades, habilitações e igualdade de oportunidades.”.

Assumindo uma perspectiva sociológica, vemos a educação questionada enquanto dimensão do funcionamento das sociedades capaz (ou não) de contrariar a exclusão política, socio-económica e cultural dos cidadãos, através da sua competencialização para a participação crítica que contribui para a desconcentração do poder de decisão, ou seja, a promoção da igualdade de oportunidades através da “expansão” de capacidades dos indivíduos.

Com base na análise dos Relatórios de Desenvolvimento Humano, publicados pelas Nações Unidas nos últimos 10 anos, evidencia-se como a educação se pode constituir como instrumento de democratização das oportunidades. O analfabetismo, a pobreza, discriminações de várias naturezas, falta de acesso ao trabalho e à instrução, entre outros, são factores de risco social que operacionalizam o conceito de exclusão. No entanto, a quantidade de recursos educacionais e as taxas de escolarização não esgotam os indicadores relevantes para análise do impacto da



educação no processo de democratização social, política e cultural; a qualidade da orientação educativa, nos diferentes níveis da educação formal é também fundamental. O investimento no fator humano tem benefícios sociais e económicos; a capacitação dos cidadãos através de políticas educativas adequadas, parece revelar-se garante de potenciação do combate às desigualdades.

Os dois artigos que se seguem adotam um ângulo de leitura diríamos filosófico, respectivamente, uma perspectiva histórico-filosófica e uma outra com incidência numa análise estético-filosófica da educação.

Terezinha Oliveira e Lais Boveto, em “Ensino e formação de hábitos: análise na História da Educação.”, procuram analisar o conceito de hábito na forma como diacronicamente foi sendo desenvolvido por autores como Aristóteles, Tomás de Aquino, Kant e Durkheim.

Partem da ideia de que, se pretendermos obter uma formação sólida no campo da pedagogia, é necessário promover o estudo sistemático dos conceitos presentes na Educação, percebida de forma global. Por outro lado, radicam no referido levantamento diacrónico do conceito de hábito um conjunto de considerações acerca do papel do ensino na formação de hábitos consonantes com os valores de cidadania. Das disposições e hábitos desenvolvidos durante a infância dependem em larga medida, na perspectiva apresentada, as melhores condições de ensinar e de aprender, de comunicar e de viver em sociedade.

Carla Rodrigues e Paula Corrêa Henning, no seu artigo “Por uma educação do micro: ensaio sobre experimentações no corpo.”, anunciam a sua intenção de “problematizar o campo da educação (...) questionando o episteme moderno de gerenciá-la.” Debruçam-se sobre a ligação de uma dada forma de relação com o saber (configurada pelo contexto de Modernidade em que nos situamos) com a política e a ética, e os seus efeitos sobre os discursos educacionais em particular. Comentando um conjunto de manifestações estético-artísticas contemporâneas, relacionam-nas com a educação no que ela tem de capacidade transformadora, mediada por dispositivos culturais de várias naturezas.

A experimentação poética, a fruição artística, e o discurso filosófico das autoras entrelaçam-se numa análise ensaística da relação da arte com a educação. Nesta conceção, aprender pode ser lido como “abertura de si às diferenças” e a educação como campo de divergências e criatividade, estimuladoras do pensamento comprometido política e eticamente com uma mudança que conduza à consideração

da subjectividade, a “uma educação menos do macro e mais do micro, includente de cuidados éticos com os outros e cuidados estéticos consigo”(p.11).

Os últimos três artigos que apresentamos situam-se no âmbito da formação de professores.

Angélica Vier Munhoz apresenta “Práticas Investigativas – dos espaços aos saberes.”, um trabalho desenvolvido no contexto de uma disciplina de Práticas Investigativas de um Curso de Pedagogia, ao longo de cerca de quatro anos.

Problematizando o lugar da escola e o papel da formação dos educadores, numa época em que emergem necessidades “socio-educacionais e culturais que ultrapassam os limites formais e regulares da escola [e que] se incorporam aos desafios relativos à formação do educador”. Refere-se à construção, no âmbito do discurso e da acção pedagógicos da escola, da legitimação de relações de poder que a sociedade exige e da apropriação de “novos mapas plurais” característicos da pós-modernidade. Refere-se também aos espaços educativos não-formais, analisando-os com um sentido diacrónico, enquanto espaços e modos diferenciados de produção de aprendizagens. Questiona, por fim, a concepção fragmentada e cartesiana do currículo, que o distancia de modos experienciais e contextualizados de conhecer e de aprender.

A experiência relatada da disciplina de Práticas Investigativas incorpora as sínteses anteriores e identifica essa disciplina como espaço de inquietação, de questionamento e de experimentação, pelo facto de assumir como objecto de estudo e trabalho, outros espaços e tempos, no dizer da autora “acontecimentos incómodos e desterritorializantes”, que não se conformam a formas lineares, supostamente universais de relação com o saber.

M^a Antónia Azevedo e M^a de Fátima Andrade trazem um artigo denominado “Projeto Político-Pedagógico e o papel da equipe gestora: dilemas e possibilidades”. As autoras apelam à sua experiência enquanto orientadoras e coordenadoras pedagógicas na educação básica e no ensino superior, e analisam o processo de construção do que consideram um documento essencial à orientação da prática pedagógica dos professores, o Projeto Político-Pedagógico (PPP). Este documento, que pretende representar e contribuir para consolidar a identidade da escola e dos seus profissionais, requer, contudo, “continuidade, reestruturação, participação e democratização (...) para que se possa realizar uma prática pedagógica comprometida com a realidade”. Referem-se a um conjunto de princípios e estratégias



para a construção do PPP, à luz dos pressupostos anteriormente identificados, consubstanciados no desenvolvimento de um processo democrático de tomada de decisões. A equipa gestora das escolas assume um papel central no processo de construção deste “instrumento mediador entre as conceções da escola e as necessidades da comunidade escolar”. A criação de um clima / cultura reflexivo, a descentralização do poder decisório, a vivência quotidiana da cidadania na escola, e uma acção emancipatória de toda essa equipe são entendidos como elementos fundamentais para atingir práticas educativas pautadas pelo sentido crítico, a ética e o compromisso com a abertura à mudança.

Maria Teresa Estrela e Ana Paula Caetano desenvolvem, no seu artigo “Reflexões sobre a formação ética inicial de professores”. Também este artigo final resulta de uma Conferência proferida pelas autoras nas Jornadas de encerramento da Prática Profissional (Escola Superior de Educação de Santarém, Junho de 2012).

Numa reflexão sobre os dilemas e a formação ética de professores, realizam inicialmente uma breve síntese dos sentidos atribuídos ao conceito de Ética (e, contrastivamente, também de Moral) de acordo com várias correntes de pensamento.

Dão conta, em seguida, da primeira fase da implementação de um projecto de investigação desenvolvido com docentes de vários níveis de ensino, acerca do pensamento ético-deontológico (conceções de ética e dilemas vividos pelos professores participantes). Os dados analisados neste artigo reportam-se a alguns dados recolhidos num questionário elaborado e validado pelas autoras, ao qual obtiveram 1112 respostas de professores de 3 distritos do centro e norte do país, de todos os níveis de ensino com exceção do superior. São referenciados e discutidos os aspetos relativos às conceções éticas dos professores e aos seus dilemas éticos, que emergiram da análise dos questionários. Estes resultados de investigação são, então, o *mote* para o questionamento e a reflexão pedagógica e ética dos futuros professores.

Referências Bibliográficas

- Alarcão, I. (org.) (2000). *Formação Reflexiva de Professores. Estratégias de supervisão*. Porto: Porto Editora.
- Caetano, A. P. (1998). Dilemas dos professores, decisão e complexidade de pensamento. In *Revista de Educação*, vol. VII, n.º 1, pp.75-89

- Caetano, A. P. (2004). *A complexidade dos processos de formação e a mudança dos professores. Um estudo comparativo entre situações de formação pela investigação-acção*. Porto: Porto Editora.
- Caetano, A. P., & Silva, M. L. (2009). Ética profissional e formação de professores. In *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 08, pp. 49-60.
- Estrela, M. T. (1999). Ética e formação profissional dos educadores de infância. In *Cadernos de Educação de Infância*, 52, pp. 27-32.
- Estrela, M. T. (2003). Pensamento ético-deontológico de professores em estudos portugueses. In *Cadernos Educa. Faculdade de Educação/Universidade Federal de Pelotas*, 21, pp. 9-20.
- Estrela, M. T. et al. (2008) Formação ético-deontológica dos professores de ensino superior — Subsídios para um debate. In *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 07, pp. 89-100.
- Fernandes, M. (2000). *Mudança e Inovação na pós-modernidade. Perspectivas curriculares*. Porto: Porto Editora.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia. Os saberes necessários à prática educativa*. S. Paulo: Editora Paz e Terra.
- Latorre, A. (2004). *La investigación-acción. Conocer e cambiar la práctica educativa*. Barcelona: Graó
- Seiça, A. (2003). *A docência como praxis ética e deontológica: um estudo empírico*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Zabalza, M. (1996). *Diários de aula*. Porto: Porto Editora.
- Zabalza, M. (2004). Práticas educativas en la educación infantil. Transversalidad y transiciones. In *Revista Infância e Educação - Investigação e Práticas*. GEDEI, nº 6: 7-25.